

## Proposta da Chapa: **No meio do caminho: deslizantes águas**

A ABA foi oficialmente fundada em 1955, portanto completará 70 anos de existência em 2025 - um marco a ser devidamente comemorado. A Associação conta com quase duas mil pessoas associadas que produzem uma Antropologia tematicamente diversa e engajada. Nos últimos anos, a ABA tem se permitido ser interpelada pela necessidade de maior representatividade dos povos indígenas e da população negra (preta e parda) na composição da diretoria da Associação.

Adventos como a Lei Federal nº 12.711/2012, e suas alterações posteriores, a Lei de Cotas no Sistema Federal de Ensino Superior e Tecnológico, e legislações e normativas correlatas em âmbito estadual/distrital, contribuíram para uma alteração gradual do perfil étnico-racial discente das universidades, pluralizando corpos e vozes no espaço acadêmico e alçando diálogos pluri-epistêmicos como condição para um fazer antropológico.

Já a Lei Federal nº 12.990/2014, e posteriores atualizações, ao instituir a reserva de vagas para pessoas negras e indígenas nos concursos públicos federais, potencializou o acesso à carreira docente a uma geração que vivenciou as primeiras experiências de Ações Afirmativas no ensino superior implementadas no Brasil a partir de 2001.

Nos últimos 25 anos as universidades passaram por profundas transformações e a antropologia brasileira não apenas foi impactada por essas mudanças, como tem sido agente primordial dessa movimentação. Considerando que “nossos passos vêm de longe” (Jurema Werneck), desde a Carta Constitucional de 1988 podem ser notados deslocamentos que sinalizam a urgência de respostas democráticas e radicalmente antidiscriminatórias, que reconheçam e valorizem a pluridiversidade como cerne da experiência histórica e principal promessa de futuro.

Diante de um mundo caracterizado por uma “crise climática e civilizatória, por indiferença e robotização da humanidade” (Ailton Krenak), esta chapa convida toda a comunidade da ABA para a reafirmação de uma aliança que torne possível a revitalização engajada e justa das instituições, dos marcos legais, dos saberes e fazeres, da democracia e das políticas públicas.

Enfim, muitos desafios de outrora ainda persistem e conclamam a uma coragem histórica que aponte para a gestação de alternativas e a reinvenção de itinerários, como as “deslizantes águas” (Conceição Evaristo) que, em seu curso, fluem, confluem, contornam obstáculos e revelam caminhos possíveis, fazendo brotar vida diversa, bela, vibrante e justa.

### **As propostas desta chapa para a Gestão 2025-2026 são:**

1. Apoiar a atuação das diretorias regionais na abordagem de situações relevantes para os contextos locais onde incidem, proporcionando espaços para consolidar a visibilidade da atuação da ABA e a interação em rede em âmbito local, regional e nacional;
2. Fortalecer, por meio de apoio e incentivo, os comitês de trabalho e as comissões da ABA, bem como seus/suas integrantes, em todas as frentes de atuação, inclusive alargando as formas de comunicação e interação entre comitês e comissões;
3. Continuar acompanhando, por meio da ação dos comitês e comissões junto às instituições do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, e por meio da sua assessoria parlamentar, as mudanças que incidam sobre os direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, e o meio ambiente, assim como sobre as políticas de igualdade racial, de gênero e para pessoas com deficiência, além de fomentar a apropriação do conhecimento antropológico por profissionais do direito e outros agentes da gestão pública (por meio de cursos, seminários, webinários etc.), com destaque para a iminente renovação do acordo de cooperação técnica com o Ministério Público Federal (celebrado em junho de 2020);
4. Seguir apoiando o debate e promovendo ações que visem reconhecer e proteger a atuação de profissionais com formação em Antropologia, em especial de colegas atuantes na esfera pública estatal, em contextos de violência, conflitos socioambientais e disputas territoriais, com atenção para os aspectos metodológicos e éticos de seu trabalho (incluindo laudos e peças técnicas do licenciamento ambiental), e suas consequências para os direitos dos grupos envolvidos, dando passos firmes na direção da regulamentação da profissão;
5. Avançar nas estratégias de comunicação e divulgação técnico-científicas das ações da ABA nas mídias e redes sociais, de modo a intensificar a interação com pessoas associadas e a

- sociedade ampliada. O intuito é promover o diálogo intercultural e inter-institucional, reforçando as articulações de redes de conhecimentos e saberes, bem como o compromisso com o combate às desigualdades e violências (a povos indígenas, quilombolas, ciganos e tradicionais, população negra, mulheres, grupos LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e corpos e corporalidades diversos, em situação de migração forçada e/ou refúgio);
6. Promover a pluridiversidade e ampliar a representatividade na ABA, fortalecendo a inserção de pessoas antropólogas, em nível de graduação ou pós-graduação e dos cursos de antropologia, em todas as atividades realizadas pela ABA;
  7. Promover ambientes interdisciplinares e o compartilhamento de ações com profissionais de outras áreas de conhecimento, tais como biologia, geografia, história, geologia, topografia, arqueologia e direito, estreitando ainda mais as relações já existentes com integrantes de instituições públicas, como FUNAI, MPI, INCRA, ICMBio, MPF e outras, especialmente no contexto de elaboração de laudos antropológicos e de peças técnicas do licenciamento ambiental;
  8. Dar continuidade à luta pela valorização das ciências humanas no país (na universidade e na educação escolar básica) e por políticas de financiamento do ensino e da pesquisa na área das humanidades, em articulação com as demais associações científicas das Ciências Sociais brasileiras e junto ao Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA);
  9. Valorizar e dar visibilidade à produção de pessoas antropólogas negras, indígenas e de povos tradicionais, assim como ampliar o intercâmbio com a produção antropológica emergente na América Latina e África, notadamente aquela que reflete as perspectivas críticas em termos da geopolítica da produção do conhecimento e de grupos sociais cujos saberes foram historicamente desvalorizados, potencializando as estratégias editoriais hoje existentes na ABA nessa direção;
  10. Perseverar com as articulações e incidências em nível internacional, visando ampliar cada vez mais o reconhecimento e a projeção da Antropologia feita no Brasil, para além do horizonte das outras antropologias, seja à escala da América Latina e do Caribe, via Associação Latino-americana de Antropologia e congêneres, seja em âmbito global, via Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA), União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas (IUAES) e União Antropológica Mundial (WAU), consolidando o papel da Revista Vibrant nesse processo;
  11. Consolidar as diretrizes éticas na atualização do Código de Ética da ABA em consonância com demandas e urgências dos povos indígenas, quilombolas, ciganos e tradicionais, população negra, mulheres, grupos LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e corpos e corporalidades diversas, refugiadas, imigrantes, no respeito à diferença e na defesa dos direitos humanos, preservando direitos de todas as pessoas envolvidas nos contextos de pesquisa.

#### **Chapa**

**Presidência:** Luciana de Oliveira Dias (UFG)

**Vice-Presidência:** Henyo Trindade Barretto Filho (UnB)

**Secretaria Geral:** Waldemir Rosa (UNILA)

**Secretaria Adjunta:** Juliana Farias (UERJ)

**Tesouraria:** Silvana de Souza Nascimento (USP)

**Tesouraria Adjunta:** Jacqueline Moraes Teixeira (UnB)

**Diretoria Norte:** Lucybeth Camargo de Arruda (UFOPA)

**Diretoria Nordeste:** Vera Rodrigues (UNILAB)

**Diretoria Centro-Oeste:** Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)

**Diretoria Sul-Sudeste:** Flavia Medeiros Santos (UFSC)